

RECURSO ESPECIAL Nº 1.748.286 - MG (2018/0146060-4)

RELATORA : **MINISTRA REGINA HELENA COSTA**
RECORRENTE : **AMBEV S.A**
ADVOGADOS : **LUIZ GUSTAVO ANTÔNIO SILVA BICHARA E**
OUTRO(S) - **RJ112310**
FERNANDO GOMES DE SOUZA E SILVA -
RJ116966
CÍNTIA TAVARES FERREIRA - **MG115359**
FRANCISCO CARLOS ROSAS GIARDINA -
DF041765
RECORRIDO : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
AGRAVANTE : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
PROCURADORES : **MARCELO CÁSSIO AMORIM REBOUÇAS** -
MG044445
SORAIA BRITO DE QUEIROZ E OUTRO(S) -
MG094980
AGRAVADO : **AMBEV S.A**
ADVOGADOS : **LUIZ GUSTAVO ANTÔNIO SILVA BICHARA E**
OUTRO(S) - **RJ112310**
FERNANDO GOMES DE SOUZA E SILVA -
RJ116966
CÍNTIA TAVARES FERREIRA - **MG115359**
FRANCISCO CARLOS ROSAS GIARDINA -
DF041765

DESPACHO

Vistos.

Fls. 965/967e – Trata-se de manifestação de oposição ao julgamento virtual (art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ) do Agravo Interno de fls. 766/888e, interposto contra decisão que conheceu em parte do Recurso Especial da **AMBEV S.A.** e negou-lhe provimento e conheceu do Agravo para não conhecer do Recurso Especial do **ESTADO DE MINAS GERAIS** (fls. 740/761e), apresentada por **AMBEV S.A.**

Argumenta a Requerente, em síntese, que (fl. 967e):

Diversos contribuintes estão sendo submetidos ao que se intitulou chamar de “Gatilho Fiscal”, mecanismo utilizado pelos Estados para alterar a base de cálculo do ICMS/ST e gerar uma arrecadação indevidamente maior aos cofres públicos, o que demonstra a importância da análise deste E. Tribunal sobre o tema, conforme salientado em audiência presencial realizada com Vossa Excelência no dia 21/05/2019.

Nos termos do art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ, as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, de forma fundamentada, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159 da mesma norma.

Por sua vez, o art. 184-E do RISTJ disciplina que a manifestação de oposição ao julgamento virtual dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias, contado da publicação da pauta de julgamento no Diário da Justiça eletrônico. Findo tal prazo, será liberada, de maneira automática, a consulta ao relatório e voto do relator aos Ministros integrantes do respectivo Órgão Julgador, que decidirão, no prazo de 7 (sete) dias corridos, os processos incluídos na sessão de julgamento eletrônico.

Depreende-se da sistemática acima prevista, que o julgamento em sessão virtual proporciona aos membros dos órgãos colegiados amplo intervalo de tempo para análise do feito e tomada de decisão.

Além disso, ausente prejuízo aos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez que, na forma do art. 184-A, parágrafo único, do RISTJ, somente são passíveis de apreciação nas sessões virtuais Embargos de Declaração, Agravo Interno e Agravo Regimental, recursos que, em regra, não permitem a realização de sustentação oral e, ainda, porque no período de julgamento do feito poderão as partes apresentar memoriais.

No caso em exame, verifico que não existe fundamento apto a embasar o pedido, tendo em vista que as alegações apresentadas na manifestação de oposição não trazem qualquer especificidade suficiente a lastrear o afastamento da sistemática de julgamento virtual.

Posto isso, **INDEFIRO** o pedido.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora